

À Espera da Europa

Alfredo Valladão

Enquanto a UE teima em não avançar com um acordo de liberalização comercial com o Mercosul, o processo de criação de uma zona de livre comércio do Alasca à Terra do Fogo decorre a bom ritmo. Quando a Europa acordar para a América Latina poderá já ser tarde demais.

O Mercosul não foi o único, mas foi um dos grandes perdedores de Seattle. A paralisação – por quanto tempo ainda ? – da Ronda do Milénio da Organização Mundial do Comércio (OMC) não vai, é óbvio, impedir a dinâmica explosiva do intercâmbio planetário de mercadorias e serviços. Na verdade, a falta de uma nova Ronda só faz congelar as actuais regras e práticas do comércio internacional. Os grandes actores no ramo – os Estados Unidos, a Europa e o Japão – vão continuar a aumentar as suas importações e exportações, e a negociar, bilateral e sectorialmente, maiores aberturas e facilitações. Também vão insistir nas suas políticas proteccionistas em relação aos produtos mais competitivos dos países emergentes – agricultura, têxteis, calçados, aço, etc... Ora, Seattle representava uma oportunidade para os ditos emergentes tentarem reequilibrar a balança.

Durante a década de 90, os parceiros do Mercosul aceitaram fazer um esforço extraordinário de abertura e de redução das barreiras tarifárias. O desmantelamento, unilateral, da política proteccionista não foi só para americano ver, também era necessário em causa própria. As ilusões de um desenvolvimento em autarcia para dentro e mercantilista para fora haviam perdido qualquer credibilidade. A retoma do crescimento e a modernização das economias da região passavam, necessariamente, pela concorrência estrangeira. Tal processo, porém, não pode sobreviver eternamente sem algumas contrapartidas. Não é possível comprar sempre sem vender nunca. A ideia de lançar uma ronda de negociações girando, essencialmente, em torno da liberalização do comércio agrícola e dos serviços foi, portanto, vista como uma oportunidade de se chegar a um trade-off com as grandes economias industrializadas. Mas a OMC afundou-se num mar de ONGs e de divergências entre os seus próprios membros.

Mais grave ainda para os países com um estatuto intermediário: americanos e europeus, abusando de demagogia barata na caça aos votos do terceiro mundo, estão a propor o livre acesso aos seus mercados para as mercadorias – não concorrenciais é claro (nada de têxteis, por exemplo) – dos países menos avançados, os mais pobres do planeta. Argentina, Brasil, Uruguai, juntamente com alguns países asiáticos, acordaram no limbo pós-Seattle, entalados entre os poderosos fluxos comerciais do primeiro mundo e uma competição desequilibrada com os mais pobres cortejados pelo mesmo. Nivelar o campo de jogo, como dizem os americanos? O Mercosul está ameaçado de ser expulso do campo.

Enquanto em Genebra a OMC tenta recolher e colar os cacos – a única alternativa são as negociações regionais ou bilaterais. No caso do Cone Sul das Américas isto significa tentar alargar o Mercosul aos vizinhos, convencer os europeus a lançarem seriamente a negociação de liberalização comercial e avançar com o projecto de criar uma zona de livre comércio das Américas (ALCA), do Alasca à Terra do Fogo. O primeiro é uma prioridade política – com a condição de que seja administrado de maneira prudente para não emperrar de vez os mecanismos internos e de

aprofundamento do Mercosul – mas o ganho comercial é extremamente pequeno (a região integrada mais alguns dos seus vizinhos sul-americanos não representa muito mais de 2 por cento do comércio mundial). O segundo, por enquanto, apressa-se bem devagar. Vários países do Velho Continente – com a França na liderança – não possuem a vontade política de enfrentar os poderosos lobbies de agricultores que defendem, com unhas e dentes, a política agrícola comum. Ora, a PAC é hoje o principal obstáculo a um entendimento com o Mercosul, forte exportador agrícola. Sobra, portanto, a ALCA com o seu fabuloso prémio final: o acesso ao maior e mais dinâmico mercado do planeta. Mas a que preço?

Nada é mais inquietante – particularmente para o Brasil – do que estar condenado a um tête-à-tête com os Estados Unidos e o NAFTA no hemisfério americano. Não que os brasileiros e os mercosulinos não estejam interessadíssimos na abertura da América do Norte às suas exportações. A intranquilidade vem da contrapartida que o pote de barro latino terá de conceder ao pote de ferro anglo-saxão. O processo ALCA está a avançar de maneira bastante rápida e um primeiro esboço para um acordo está previsto para Dezembro de 2000. Nos diversos grupos de trabalho, os peritos criaram amizades pessoais, referências comuns e estão a harmonizar posições e pontos de vista.

No começo de 2001, boa parte do trabalho de fundo deverá estar concluído, permitindo, então, o lançamento da negociação política. Para que isto aconteça, bastará que o próximo Presidente dos Estados Unidos obtenha o famoso fast-track do Congresso, o que é perfeitamente plausível. Ora, uma ofensiva de Washington em favor da ALCA, sobretudo quando se trata do único processo de negociação concreto, será irresistível, sobretudo para os principais vizinhos do Brasil cuja pauta de exportações se limita a alguns produtos agrícolas e cuja indústria, relativamente pouco desenvolvida, não constitui um sector estratégico que deve ser defendido a qualquer preço.

A responsabilidade europeia é, portanto, enorme. Pouco tempo depois de o México ter aderido ao NAFTA, a Europa já tinha perdido mais da metade da sua parte do mercado mexicano. Por isso foi obrigada a correr atrás e assinar, em más condições, um acordo de livre comércio, aprovado em Janeiro passado. Ora, o Mercosul é quase três Méxicos. Uma ALCA integrando os principais países da América Latina à economia americana significa, não só uma barreira comercial importante para os produtos europeus na região, mas também uma imensa zona homogénea em termos de regulamentação e práticas comerciais definidas quase sem nenhum input da União Europeia.

Não há dúvida de que o Brasil e o Mercosul precisam de um processo de negociação organizado e sério com a União Europeia para apresentar uma cave maior no jogo de poker com Washington. Mas a Europa também precisa deste processo para não ser alijada do barco inter-americano. Europeus e norte-americanos, os dois maiores comerciantes globais do mundo, já estão a preparar a inevitável próxima ronda da OMC. Os dois sabem que este futuro *round* vai depender das alianças que cada um vai conseguir fechar com as economias em desenvolvimento e emergentes. Perder o apoio da América Latina, e particularmente do Mercosul, é uma opção que a Europa não pode arriscar. E não adianta proclamar, baixinho, que não há pressa e que Bruxelas reagirá quando o *fast-track* americano for aprovado. Será, então, tarde demais.